



INSTITUTO DE
ARQUITETOS
DO BRASIL
DEPARTAMENTO
DE SÃO PAULO

RESULTADO DA REUNIÃO DE PATRIMONIO HISTÓRICO REALIZADA EM SÃO CARLOS, SÃO PAULO EM 28 DE OUTUBRO DE 2010

Face às extremas diferenças entre as ações bem sucedidas de poucos Conselhos e o abandono quase absoluto em cidades que não possuem nem Conselhos ou desconhecem instrumentos para preservação de Bens Patrimoniais. Essa reunião destaca os pontos que necessitam providencias para desenvolver ações para a Preservação Cultural desses Bens.

- “Todas as cidades paulistas têm Patrimônio Cultural”
- Esse Patrimônio não tem o reconhecimento do Governo Federal (ou Ministério da Cultura) e poucas ações para sua identificação.
- Todos os Conselhos Municipais de Preservação de Patrimônio Cultural precisam ser deliberativos.
- Créditos subsidiados para projetos e restaurações com requalificação dos técnicos (da Caixa Econômica Federal), junto aos promotores das áreas de avaliação de empréstimo.
- Reconhecimento dos Órgãos de Preservação nos municípios paulistas pelo Governo Federal;
- Reconhecimento dos Bens Tombados pelos Conselhos Municipais de Patrimônio Cultural ou por outro meio legal pelo Governo Federal;
- Disponibilização de técnicos pelo IAB – IPHAN para o funcionamento desses Conselhos Municipais, com o pagamento do ônus dessa ação pelo Governo Federal.
- Apoio físico, financeiro, técnico, científico aos Conselhos Municipais.
- Na ausência de Conselhos nas cidades, criar meios para identificar bens e protegê-los.
- Formação de Conselhos de Patrimônio Cultural Regionais;

R. Bento Freitas, 306.
CEP: 01220-000
SÃO PAULO – SP
FONE/FAX: (11)
3 2 5 9 - 6 5 9 7
3 2 5 9 - 6 8 6 6
3 2 5 9 - 6 1 4 9
iabsp@iabsp.org.br
www.iabsp.org.br



INSTITUTO DE
ARQUITETOS
DO BRASIL
DEPARTAMENTO
DE SÃO PAULO

Depoimento da Professora Dra. Maria Ângela Bortolucci (docente da EESC/USP e Coordenadora do 2º Seminário de Patrimônio Agro-Industrial):

“Agradeço a oportunidade de participar dessa reunião e gostaria de iniciar dizendo que minhas atividades de pesquisa têm se voltado principalmente para o estudo da arquitetura urbana e rural paulista produzida no século XIX e primeiras décadas do século XX. Em 1986, começamos esses estudos com o levantamento da arquitetura urbana e rural de São Carlos. Desde então, temos conseguido de uma forma sistemática nos dedicar a conhecer, documentar e, na medida do possível, colaborar em ações preservacionistas desse patrimônio dos séculos XIX e XX, que é de fato a grande parcela da produção paulista que sobreviveu até os dias de hoje. Nessa tarefa contamos com a participação de inúmeros alunos e orientandos do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da EESC/USP que tivemos, e temos ainda, a oportunidade de trabalhar. Entretanto, há grande urgência na adoção de medidas preservacionistas mais efetivas. De maneira geral, existe grande dificuldade de enxergar a necessidade da preservação do patrimônio cultural por parte da sociedade como um todo. A destruição continua ocorrendo de maneira forte e indiscriminada nas cidades e municípios paulistas, diante de uma fraca articulação dos poucos segmentos da população que dispõem de maior clareza da importância desse patrimônio, e francamente auxiliada pelo poder determinado da especulação. Lamentavelmente essa não é uma realidade isolada. Mas, por outro lado, mesmo num cenário como esse é possível encontrar situações mais animadoras. Bocaina e Mococa são dois bons exemplos de uma preservação espontânea promovida pela própria população local. No âmbito rural, a preservação das fazendas de café também passa por grandes dificuldades. Mesmo fazendeiros empenhados na preservação, se sentem ameaçados com a idéia do tombamento de suas propriedades. Falta esclarecimento, mas falta também a implantação de políticas públicas definidas a acima de interesses individuais e isolados. Até hoje o número de bens paulistas tombados pelo IPHAN é irrisório, principalmente na zona rural. Temos tido a oportunidade de participar de algumas reuniões com membros do IPHAN, que à luz de novos conceitos como o da chancela da paisagem cultural, se mostram dispostos a reverter essa situação. Quadro

R. Bento Freitas, 306.
CEP: 01220-000
SÃO PAULO - SP
FONE/FAX: (11)
3 2 5 9 - 6 5 9 7
3 2 5 9 - 6 8 6 6
3 2 5 9 - 6 1 4 9
iabsp@iabsp.org.br
www.iabsp.org.br



INSTITUTO DE
ARQUITETOS
DO BRASIL
DEPARTAMENTO
DE SÃO PAULO

semelhante constatamos também na atual gestão do CONDEPHAAT. Por fim, queria tocar rapidamente na questão da formação profissional do arquiteto no Brasil no que se refere a preservação e conservação do patrimônio cultural. É lamentável que seja dada tão pouca ênfase a esse tema em nossas escolas. Em geral, se restringe a apenas uma disciplina, denominada Técnicas Retrospectivas, o que torna muito insipiente a formação dos arquitetos brasileiros nessa área. Muitos se formam, por exemplo, sem conhecimento das técnicas construtivas tradicionais ou das principais correntes teóricas de preservação.

R. Bento Freitas, 306.
CEP: 01220-000
SÃO PAULO - SP
FONE/FAX: (11)
3 2 5 9 - 6 5 9 7
3 2 5 9 - 6 8 6 6
3 2 5 9 - 6 1 4 9
iabsp@iabsp.org.br
www.iabsp.org.br



INSTITUTO DE
ARQUITETOS
DO BRASIL
DEPARTAMENTO
DE SÃO PAULO

**ATA DA REUNIÃO GT – PATRIMÔNIO HISTÓRICO
INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL SÃO PAULO
28 DE OUTUBRO DE 2010 - NÚCLEO SÃO CARLOS – SP**

**PAUTA: “DIFICULDADES E ACERTOS NAS AÇÕES DOS CONSELHOS DE PATRIMÔNIO
NA REGIÃO DE SÃO CARLOS”**

Arquitetos(as) presentes: Maria Ângela Bortolucci, Rosana Ferrari, Eduardo Carlos Pereira, Ana Lúcia Cerávolo, Paulo Nascimento Monteiro, Renata Bechara, Maria Emilia Ricetti, Kedson Barbero, Denise Farina, Martha Alves, Cleuza Idalgo, Luciana Gonçalves, Alexandre Faccir, Carlos Palladini e Beatriz Aied

Rosana Ferrari – Presidente IAB SP: Declara aberta a sessão e diz que a proposta é a participação dos núcleos. Estender as realizações da metrópole para o interior de SP. Debater soluções que beneficiam a sociedade. A finalidade deste GT é validar nossas ações em todos os lugares do estado.

Paulo Nascimento Monteiro (Presidente do IAB São Carlos): Agradece a participação de todos os membros e núcleos do interior.

Eduardo Carlos Pereira (Coordenador do GTP): Debates relacionados à metrópole, mas que precisam se estender para as menores cidades. Problemas de preservação de Patrimônio existem em todos os municípios, não é característica apenas de cidades grandes. É importante saber como se comportam os Conselhos de Patrimônio Histórico da Região.

Vamos tirar benefícios para nós. Vamos nos atentar a pauta para sermos mais objetivos...

Depoimento da Professora Dra. Maria Ângela Bortolucci (docente da EESC/USP e Coordenadora do 2º Seminário de Patrimônio Agro-Industrial): Em anexo2 que abre esta Ata.

R. Bento Freitas, 306.
CEP: 01220-000
SÃO PAULO – SP
FONE/FAX: (11)
3 2 5 9 - 6 5 9 7
3 2 5 9 - 6 8 6 6
3 2 5 9 - 6 1 4 9
iabsp@iabsp.org.br
www.iabsp.org.br



INSTITUTO DE
ARQUITETOS
DO BRASIL
DEPARTAMENTO
DE SÃO PAULO

Eduardo Pereira: É necessário despreconceitualizar a questão do Patrimônio Histórico.

Flávia e Simone: Órgãos de preservação como IPHAN, existem para minimizar esta lacuna.

Arq. Ana Lúcia Cerávolo (Diretora da Fundação Pró-Memória de São Carlos): Fundação Pró-Memória – políticas públicas com envolvimento em Patrimônio. Patrimônio não é só o que está construído. É necessário formar uma consciência de preservação. Precisamos de um impacto coletivo.

Trabalhos com outras secretarias como: Educação e cultura são fundamentais para desenvolver um trabalho de visitação com alunos de escolas do ensino fundamental desde o ano de 2006. Arquitetura para todos construindo a cidadania (Campanha São Carlos de todos nós). Foi uma atividade desenvolvida devido ao inter-relacionamento destas secretarias.

Rosana Ferrari:

Outro trabalho é estender o trabalho que nós (IAB) temos.

Arq. Ana Lúcia Cerávolo (Diretora da Fundação Pró-Memória de São Carlos): A mudança não é um processo natural devido à estagnação econômica. Muitas das cidades da região ainda encontram-se preservadas devido a este processo de estagnação. Porém, conforme a cidade enriquece, o patrimônio desaparece. O tombamento não era o melhor instrumento para a cidade de São Carlos.

O desafio foi criar um instrumento que preservasse o conjunto arquitetônico e não apenas 01 edifício. Três mil e quinhentos imóveis foram classificados. Destes apenas 140 imóveis bem preservados, 400 imóveis que sofreram alterações ao longo do tempo e 800 com alterações mais significativas.

Desde 2001, participamos do Plano Diretor e foi criada uma poligonal histórica, ou seja, mais assistida. Implantados instrumentos de área de interesse. Houve a necessidade de se reverter à área de expansão das edificações e criar um gabarito de 9,0 metros de altura para não se perder a vista da paisagem local.

Instrumento Jurídico: lista de imóveis que não podem ser demolidos foi feitas na planta genérica do plano diretor e foi criado o Conselho de Patrimônio Histórico, Artístico e Ambiental de São

R. Bento Freitas, 306.
CEP: 01220-000
SÃO PAULO – SP
FONE/FAX: (11)
3 2 5 9 - 6 5 9 7
3 2 5 9 - 6 8 6 6
3 2 5 9 - 6 1 4 9
iabsp@iabsp.org.br
www.iabsp.org.br



INSTITUTO DE
ARQUITETOS
DO BRASIL
DEPARTAMENTO
DE SÃO PAULO

Carlos. Foi fundamental o apoio do prefeito municipal. No ano de 2006, foi o Conselho passou a ser Deliberativo.

Foram analisados os proprietários destes imóveis e seu comportamento: assistimos várias demolições, mas também foram evitadas várias delas. Trabalho com os proprietários que quer demolir ou preservar. Vários são mal assessorados por colegas (arquitetos e engenheiros) desinformados. Os colegas tem medo de perder o projeto na proposta de preservação. No entanto, é necessária qualificação básica.

Na cidade de São Carlos, existe desconto de IPTU que chegam até a isenção. O recurso do IPTU tem que ser investido no imóvel. Precisa-se aderir ao programa existente. O proprietário pode se programar com este recurso e investir no imóvel. Há critérios bem discriminados para saber como funciona este desconto.

Pró-Memória deixou de ser um arquivo municipal para em 1993 e em 2001 já tinha um acervo de 150 mil caixas. A sede era na estação ferroviária. Não tínhamos critérios de pesquisa que se perderam e foi implantada uma política de patrimônio, com o desafio de estruturar a fundação, com treinamento e cargo de carreira. Existe dificuldade de se gerar recursos e boa parte deste recurso vem do município.

A fundação também desenvolve projetos de gestão de recursos para patrimônio histórico e restauro, tendo convênios com entidades que repassam o recurso (fundações privadas x públicas).

Arq. Reginaldo Peronti (Presidente da AEASC): Agradece a presença e faz um convite para viabilizar recursos para cursos relacionados ao tema na ASSOCIAÇÃO DE ARQUITETOS E ENGENHEIROS DE SÃO CARLOS. Em novembro vai haver cursos e palestras de ACESSIBILIDADE e ele propõe que seja feita de PATRIMÔNIO HISTÓRICO também. E que seja estendido a todos os profissionais e também a sociedade como um todo.

Rosana Ferrari: Existe um convenio da Prefeitura de São Paulo com o IAB, gerido pela Guiomar Leitão. E é importante para se trazer o curso de acessibilidade para cidade de São Carlos. E

R. Bento Freitas, 306.
CEP: 01220-000
SÃO PAULO - SP
FONE/FAX: (11)
3 2 5 9 - 6 5 9 7
3 2 5 9 - 6 8 6 6
3 2 5 9 - 6 1 4 9
iabsp@iabsp.org.br
www.iabsp.org.br



INSTITUTO DE
ARQUITETOS
DO BRASIL
DEPARTAMENTO
DE SÃO PAULO

com relação ao evento de Patrimônio Histórico, há a necessidade de discussão do PAC de CIDADES HISTÓRICAS.

Beatriz e Luciana de Araraquara - SP: Não existe nada com relação a patrimônio histórico. A documentação existe, mas não está concentrada. Existe um conselho deliberativo, porém este conselho não se reúne. É apenas pró-forma, ou seja, é um conselho chapa branca (de interesse do poder público).

Carlos Palladini – Ribeirão Preto – SP: Há a necessidade de aliados políticos e parceiros. E o importante é concentrar todos estes dentro do próprio conselho. A assessoria técnica da prefeitura não viabiliza nunca por inúmeros fatores. Já no caso de São Carlos, o poder público colabora e reconhece o trabalho.

Kedson Barbero – São José do Rio Preto – SP: Coloca que a cidade de São José do Rio Preto possui 450 mil habitantes e apenas 9 bens tombados. Parte destes edifícios tombados foi através do estado e apenas 02 através do município. Também é um Conselho Chapa Branca, tendo em vista que não é DELIBERATIVO, é apenas CONSULTIVO.

Também coloca que a grande dificuldade enfrentada é a falta de apoio da Secretaria de Cultura, a qual o Comdephact é subordinado. Existem ações pertinentes, porém elas não são de forma estratégica, ou seja, as Secretarias Municipais não se comunicam e desenvolvem ações que não tem continuidade, como por exemplo, o “trem caipira”, desenvolvido pela Secretaria de Turismo, fazendo passeio pelas estações antigas da cidade e que infelizmente não teve continuidade devido à falta de planejamento junto a outras secretarias. A ALL não cedeu a concessão.

Por outro lado, foi desenvolvido um trabalho de educação Patrimonial através do “1º Seminário de Patrimônio Histórico de SJRP”, onde nos utilizamos deste seminário para capacitar melhor todos os Conselheiros e interessados. Este seminário foi feito em parceria com a UNESP, IAB núcleo SJRP, Associação Comercial Local e Associação de Arquitetos local. A partir deste seminário, tivemos suporte para desenvolver uma Cartilha de Patrimônio Histórico Municipal, que já está concluída, mas não pode ser publicada por falta de recursos.

R. Bento Freitas, 306.
CEP: 01220-000
SÃO PAULO – SP
FONE/FAX: (11)
3 2 5 9 - 6 5 9 7
3 2 5 9 - 6 8 6 6
3 2 5 9 - 6 1 4 9
iabsp@iabsp.org.br
www.iabsp.org.br



INSTITUTO DE
ARQUITETOS
DO BRASIL
DEPARTAMENTO
DE SÃO PAULO

Em função desta ausência de recursos, estamos determinados em criar uma ASSOCIAÇÃO EM DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, já denominada PRESERVA RIO PRETO, a qual pretendemos que faça o intercâmbio da iniciativa privada com o Comdephact, ou seja, esta Associação seria o órgão financiador do Comdephact.

Eduardo Pereira – Jundiaí - SP: Temos que desenvolver ações estratégicas junto ao IAB-SP. A cidade de Jundiaí, por exemplo, possui 350 mil habitantes, em uma região que tem uma influência de 2 milhões de pessoas, mesmo assim ainda possui a Serra do Japi tombada pelo CONDEPHAT. Tem um Conselho de Patrimônio Cultural com 52 bens inventariados e protegidos por lei. Temos a LEI COMPLEMENTAR DE PRESERVAÇÃO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO, nº 443 de Jundiaí – SP – lei que está disponível para consulta, se mostra moderna e eficiente, recomendo que os Conselhos analisem e comparem o conteúdo com os seus próprios para avançarmos na dinâmica de Preservação.

Eduardo abre aos presentes os pontos de pauta para divulgação e dar conhecimento aos responsáveis pelas dificuldades de gestão e preservações de patrimônios na região de São Carlos:

“Resultado da Reunião do Patrimônio Histórico em São Carlos” (em anexo1 que abre esta Ata).
Integralmente elaborado e aprovado por todos os participantes.

Não havendo mais manifestações, foi encerrada a reunião.

Rosana Ferrari
Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento de São Paulo

Eduardo Carlos Pereira
Arq. Coordenador do Grupo de Trabalho do Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento de São Paulo

R. Bento Freitas, 306.
CEP: 01220-000
SÃO PAULO – SP
FONE/FAX: (11)
3 2 5 9 - 6 5 9 7
3 2 5 9 - 6 8 6 6
3 2 5 9 - 6 1 4 9
iabsp@iabsp.org.br
www.iabsp.org.br